

Parecer nº: 06/2026

Processo Ref. Inexigibilidade nº: 004/2025

Interessado: **Comissão Permanente de Licitação - CPL**

Assunto: **Termo aditivo de prorrogação contratual para contratação de empresa de serviço de assessoria técnica especializada em criação e alimentação de sites e portal para a transparência pública de acordo com as necessidades do Instituto de Previdência Social do Município de Santo Antônio do Tauá- IMPSAT.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº **002/2025**, PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. ART. 105, 107, DA LEI Nº 14.133.

I- RELATÓRIO:

Versa o presente parecer acerca do prosseguimento ao trâmite processual, encaminhado pela CPL à este órgão de assessoramento jurídico referente ao presente processo para análise da possibilidade de aditivo do contrato nº **004/2025** que tem como contratação de **EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO NO SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE SITES E PORTAL PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA PARA ATENDER À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011) E A LEI DA TRANSPARÊNCIA (LC 131/2009), CONFORME EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO PARÁ (TCM-PA), MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIAS PÚBLICAS (PNTP) E OUTROS, PARA ATENDER O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ- IPMSAT.**

A presente manifestação se limita as dúvidas estritamente jurídicas, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico e os financeiros.

Além de outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração, conforme

recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas - BCP nº 07.

Toda manifestação que será aqui discorrida expressa posição meramente opinativa, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica, que se restringe a análise dos aspectos de legalidade, aferição que inclusive não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador

Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública, ainda com mais rigidez em se tratando de contratação direta, exceção à regra da licitação. Dito isso, passa-se a análise do processo.

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica para análise e manifestação sobre a possibilidade do termo aditivo para a contratação da empresa **J.F REIS VALE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 30.179.891/0001-56, com sede na Rua Dezessete de Abril, nº: 15, Conjunto Eduardo Angelim, Qd. 19, Parque Guajarará, Belém/PA, CEP: 66.821-510.

É o relatório.

Passamos a **OPINAR.**

II- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Assessoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de

discricionarieidade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da administração pública.

Pois bem, o contrato administrativo nº 004/2025, que tem como contratação de **EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO NO SERVIÇO DE ACESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE SITES E PORTAL PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA PARA ATENDER À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011) E A LEI DA TRANSPARÊNCIA (LC 131/2009), CONFORME EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO PARÁ (TCM-PA), MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIAS PÚBLICAS (PNTP) E OUTROS, PARA ATENDER O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ- IPMSAT.**

Foi noticiada a necessidade do Instituto de Previdência - IPMSAT dar continuidade no serviço, sobre a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada na Lei nº 14.133/2021 e que admite a prorrogação dos contratos administrativos, nas hipóteses elencadas no Capítulo V (Duração dos Contratos). Entre elas, se tem a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestações de serviços, disposto nos artigos 105 e 107 conforme se vê, in verbis:

“Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada

exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro”.

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”

Por conta disso, opinamos pela possibilidade na realização do Termo Aditivo, pois o que está em questão é o iminente interesse público, que no caso em apreço.

Dessa forma, o IPMSAT, visando atender ao interesse público, visa prorrogar com a Empresa **J.F REIS VALE LTDA.**, uma vez que esta detém os requisitos necessários para ao satisfatório cumprimento do objeto de contratação.

III- CONCLUSÃO:

Ante o exposto, conclui-se que, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa assessoria jurídica, podendo ser realizado o Termo Aditivo ao Contrato nº **004/2025** para prorrogar a vigência, a ser utilizado pelo Instituto de Previdência de Santo Antônio do Tauá - IPMSAT, no espeque dos Arts. 105 e 107, da Lei nº 14.133, junto à empresa **J.F REIS VALE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 30.179.891/0001-56, com sede na Rua Dezessete de Abril, nº: 15, Conjunto Eduardo Angelim, Qd. 19, Parque Guajará, Belém/PA, CEP: 66.821-510.

É o parecer.

S.M.J.

SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ (PA), 27 de janeiro de 2026.

IGOR BRUNO S. DE MIRANDA
ASSESSOR JURÍDICO - IPMSAT